



Regularidade Fiscal X Burocracia: Quem Sai No Prejuízo?

ASSUNTO LEGAL

O novo procedimento adotado para obtenção de certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, foi criado com o suposto intuito de facilitar a vida das empresas. Contudo, não é o que se verifica na prática.

Quando o contribuinte solicita a CND pela *internet* e, na ocasião, constata-se qualquer impedimento, este é orientado a dirigir-se a uma das unidades da Receita Federal ou da Procuradoria da Fazenda Nacional para dirimir o problema.

Ocorre que nestes órgãos o atendimento é “quase” aviltante, sendo que a partir desse momento é travada uma luta assombrosa para que o contribuinte seja atendido e consiga expor a situação de regularidade fiscal de sua empresa.

E quem perde com tudo isso é só o contribuinte, pois, diante dessa morosidade, negócios são perdidos (como, por exemplo, compra e venda de imóveis),

atos societários deixam de ser realizados, empréstimos deixam de ser obtidos, enfim, o contribuinte sofre prejuízos, muitas vezes incontáveis, com toda essa burocracia.

Infelizmente, diante dessas situações, só resta ao contribuinte socorrer-se ao Poder Judiciário para ver seu direito preservado, abarrotando ainda mais os tribunais com ações para obtenção das certidões, sem contar o dispêndio que suporta com a contratação de advogados e custas processuais.

Para se ter uma idéia dessa tormenta, algumas empresas contratam funcionários exclusivamente para cuidar desse tipo de situação, mais especificamente as que participam de licitações, haja vista que

esse documento – a certidão – é imprescindível para quem deseja contratar com a administração pública.

Assim, em vista da situação atualmente enfrentada junto aos citados órgãos, recomenda-se que os contribuintes antecipem os procedimentos necessários para a obtenção de Certidões Negativas de Débitos ou Positivas com Efeitos de Negativa, posto que, agindo de forma preventiva, poderão ser evitados todos os problemas inerentes à impossibilidade da comprovação de sua situação de regularidade fiscal.

Dr. Fábio Corrêa Saraiva é advogado da área de Direito Tributário da Bueno Barbosa Advogados Associados